***Divulgação limitada*** *à entidade adjudicante e ao autor do documento, tendo em vista proteger os dados pessoais e a vida privada, bem como a confidencialidade de informações comerciais e industriais*

Formulário de pedido de participação  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCIADO PELA UE/PELO FED

Anúncio de concurso: Zambezi\_TH\_Equipa\_1/4

Equipa do Zambezi Tech Hub\_1/4   
<designação da consultoria escolhida>

Os pedidos de participação devem ser **apresentados num formulário original assinado**.

O pedido de participação deve incluir uma declaração redigida conforme à minuta em anexo. **Todos os dados apresentados no presente formulário de pedido de participação devem respeitar exclusivamente o/a candidato/a que apresenta o pedido de participação.**

Qualquer outra documentação (brochuras, cartas, etc.) enviada juntamente com o formulário de pedido de participação não será tida em conta.

1. **APRESENTADA por**

|  |  |
| --- | --- |
| **Nome** |  |
| **Nacionalidade** |  |
| **Endereço** |  |
| **Telefone** |  |
| **E-mail** |  |

**2** **EXPERIÊNCIA**

Preencher o quadro abaixo para resumir os principais projetos relacionados com este contrato executados nos últimos 3 anos[[1]](#endnote-1). O número de referências a apresentar não deve exceder 15 para cada pedido de participação.

Os candidatos podem fazer referência a projetos concluídos durante o período de referência (embora iniciados antes) ou a projetos ainda não concluídos. Só será tida em conta a parte concluída de forma satisfatória durante o período de referência. Deverão ser apresentadas provas documentais relativamente a esta parte (declaração ou certificado da entidade que adjudicou o contrato, prova de pagamento), indicando igualmente o seu valor. Se o candidato tiver executado o projeto no âmbito de um consórcio, os documentos comprovativos devem indicar claramente a parte que o candidato concluiu, juntamente com uma descrição da natureza dos serviços prestados, se tiverem sido utilizados os critérios de seleção relativos à pertinência da experiência.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ref. n.º…  (máximo 15)** | **Designação do projeto** | |  | | | | |
| **Nome do cliente/entidade contratante** | **País** | **Valor total do contrato (em EUR)[[2]](#endnote-2)** | **Percentagem realizada  pela cliente/entidade contratante (%)[[3]](#endnote-3)** | **Composição da Equipa** | **Origem do financiamento/Doador/Cliente** | **Datas (início/termo)[[4]](#endnote-4)** | **Nome dos parceiros no consórcio, se for caso disso** |
| … | … | … | … | ... | … | … | … |
| **Descrição pormenorizada do projeto** | | | | | **Tipo e âmbito dos serviços prestados, com detalhe das resposabilidades na funçao e papel na equipa[[5]](#endnote-5)** | | |
| … | | | | | … | | |

**7** **DECLARAÇÕES**

No âmbito dos respetivos pedidos de participação, a/o candidata/o deve subscrever uma declaração redigida com base na minuta abaixo apresentada.

Além disso, a/o candidata/o deve subscrever uma cópia de uma declaração solene relativa aos critérios de exclusão e de seleção (formulário A14a disponível no seguinte endereço:

<https://wikis.ec.europa.eu/display/ExactExternalWikiPT/Anexos#Anexos-AnexosA(Ch.2):Aspetosgerais>).

**8** **DECLARAÇÃO**

Eu, abaixo-assinado/a, na qualidade de candidato/a acima referido/a, declaro que analisei o anúncio de contrato relativo ao concurso limitado referido em epígrafe. Se o meu pedido de participação for pré-selecionado, proponho-me apresentar uma proposta para a prestação dos serviços referidos no processo do concurso.

Estou consciente de que posso ser excluso do concurso se proponho os serviços de peritos principais ou não principais que tenham participado na preparação do presente projeto ou se emprego os referidos peritos como consultores para a preparação da nossa proposta. Estou igualmente consciente de que posso ser excluso de eventuais futuros concursos e contratos financiados pela UE/FED.

Estou plenamente ciente de que, para um consórcio, a composição do consórcio não pode ser alterada durante o processo de concurso, com exceção dos casos específicos previstos no artigo 2.5.5 do guia prático, para os quais é exigida a autorização prévia por escrito da entidade adjudicante. Estou igualmente ciente de que os membros do consórcio serão solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante no que respeita à participação, tanto no procedimento de concurso como no contrato que seja adjudicado na sequência desse procedimento.

Confirmo que qualquer perito principal ou não principal proposto no presente concurso será empregue ou legalmente contratado, direta ou indiretamente, pelo/a candidato/a (ou, no caso de um consórcio, por um membro do consórcio). Se os peritos principais ou não principais propostos no presente concurso não forem contratados diretamente ou pelo candidato/a (ou, no caso de um consórcio, por um membro do consórcio), mas por intermédio de um terceiro, este último é um subcontratante. Como tal, estes últimos estarão sujeitos a todas as condições de subcontratação aplicáveis ao presente concurso, incluindo a situação de elegibilidade e de não exclusão. Comprometemo-nos a declarar todos estes casos de subcontratação na Organização e Metodologia e no formulário de apresentação da proposta.

Tenho conhecimento de que as entidades a cujas capacidades pretendo recorrer no que respeita aos critérios económicos e financeiros se tornam solidariamente responsáveis pela execução do contrato.

Assinado em nome do/a candidato/a

|  |  |
| --- | --- |
| **Nome** |  |
| **Assinatura** |  |
| **Data** |  |

MODELO DA DECLARAÇÃO REFERIDA NO PONTO 7   
DO FORMULÁRIO DO PEDIDO DE PARTICIPAÇÃO

<Data>

COSV – Av. Sekou Touré 1971 – Maputo

COSV - Avenida Julius Nyerere 269 – Quelimane

**Vossa Refª:** Zambezi\_TH\_Equipa\_1/4

Ex.mo(a). Sr.(a).

Em resposta ao anúncio de contrato Zambezi\_TH\_Equipa, eu, <nome do candidado>, confirmo a minha intenção de apresentar uma proposta âmbito do concurso supramencionado relativamente a [cargo escolhido nas consultorias propostas], caso tal nos seja solicitado.

Declaro que:

1. Apresento o presente pedido de participação numa base individua relativamente a este contrato. Confirmo não estar envolvido em qualquer outro pedido de participação relativamente ao mesmo programa além deste concurso, independentemente da forma (como membro, como chefe, num consórcio ou individualmente como candidato/a);
2. Aceito respeitar as cláusulas deontológicas estabelecidas no artigo 2.5.6 do guia prático e declaro que não estou envolvido/a na preparação do projeto objeto do presente processo de concurso, salvo se puder provar que o envolvimento nas fases anteriores do projeto não constitui uma forma de concorrência desleal e que não me encontro numa situação de conflito de interesses profissionais e/ou em qualquer relação com outros candidatos ou outras partes no processo de concurso no momento da apresentação do presente pedido de participação em conformidade com o artigo 2.5.4. do guia prático;
3. No formulário do pedido de participação incluí apenas as informações que correspondem aos meus recursos e minha experiência;
4. Informarei imediatamente a COSV caso se verifique qualquer alteração das circunstâncias acima referidas em qualquer fase da execução do contrato;
5. Estou perfeitamente ciente e aceito que, se participo no presente concurso apesar de me encontrar numa das situações referidas no artigo 2.6.10.1.1. do guia prático ou se as declarações ou informações apresentadas se revelarem falsas, posso ser excluído do procedimento e ser objeto de sanções financeiras que podem ir até 10 % do valor do procedimento e de sanções administrativas sob a forma de exclusão e de sanções financeiras que podem representar até 10 % do valor total estimado do contrato a adjudicar e que estas informações podem ser publicadas no sítio Web da Comissão, em conformidade com o regulamento financeiro em vigor;
6. Estou ciente de que para efeitos de proteção dos interesses financeiros da UE, os meus dados pessoais podem ser transferidos para os serviços de auditoria interna, para o Tribunal de Contas Europeu, para a Instância especializada em matéria de irregularidades financeiras, para o Organismo Europeu de Luta Antifraude ou para a Procuradoria Europeia.

Se necessário, comprometo-me a apresentar a prova habitualmente prevista na legislação do país em que estou efetivamente estabelecido de que não estou em nenhuma situação de exclusão. A data que figura nessas provas ou documentos não poderá ser anterior em mais de um ano à data da notificação da adjudicação do contrato. Além disso, apresentarei uma declaração sob compromisso de honra de que a situação não se alterou desde a data de emissão das referidas provas documentais.

Se necessário, comprometo-me igualmente a apresentar as provas da minha situação financeira e económica e da minha capacidade técnica e profissional de acordo com os critérios de seleção aplicáveis ao presente concurso indicados nas Informações adicionais sobre o anúncio de concurso. A lista de documentos exigidos figura no artigo 2.6.11. do guia prático.

Assinado em nome do/a candidato/a

|  |  |
| --- | --- |
| **Nome** |  |
| **Assinatura** |  |
| **Data** |  |

1. **DECLARAÇÃO**

Eu, abaixo-assinado/a, declaro que analisei e aceitei, sem reservas ou restrições, o conteúdo integral do processo do concurso relativo ao concurso acima referido. Proponh-me assegurar a prestação dos serviços referidos no processo de concurso, com base nos seguintes documentos que incluem as minha proposta técnica e financeira, que são apresentadas separadamente, em sobrescritos selados:

* Organização e metodologia;
* Curricula Vitae;
* Declaração do proponente;
* Declarações de exclusividade e de disponibilidade
* Ficha de identificação financeira preenchida (ver anexo VI do projeto de contrato) de que constem os dados da conta bancária prevista para o depósito dos pagamentos no âmbito do contrato proposto, caso este nos seja adjudicado (ou o número da ficha de identificação financeira ou cópia da referida ficha caso esta já tenha sido entregue à entidade adjudicante no âmbito de um processo de concurso anterior, salvo se, entretanto, os dados nela constantes tiverem sido alterados);
* Ficha de entidade jurídica preenchida (ou número de entidade jurídica atribuído. Em alternativa, uma cópia da ficha de entidade jurídica caso esta já tenha sido entregue à entidade adjudicante no âmbito de um processo de concurso anterior, salvo se o estatuto jurídico tiver, entretanto sido alterado);

Confirmo que não consto das listas de medidas restritivas da UE ([www.sanctionsmap.eu](http://www.sanctionsmap.eu/)) e estamos cientes de, se o contrário se verificar, a nossa proposta poderá ser rejeitada.

Tenho conhecimento de que a minha proposta poderá ser excluída se proponho os serviços de peritos principais que tenham participado na preparação do presente projeto ou se recruto os referidos peritos como consultores para a preparação da minha proposta e que posso ser excluso de eventuais futuros concursos e de contratos financiados pela UE/pelo FED.

Estou plenamente ciente de que, para um consórcio, a composição do consórcio não pode ser alterada durante o processo de concurso, com exceção dos casos específicos previstos na rubrica 2.5.5 do guia prático, para os quais é exigida a autorização prévia por escrito da entidade adjudicante. Estou igualmente ciente de que os parceiros no consórcio serão solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante no que respeita à participação tanto no concurso acima referido, como em eventuais contratos que sejam adjudicados na sequência desse concurso.

A presente proposta está sujeita a aceitação dentro do prazo de validade previsto na cláusula 6 das instruções para os proponentes. Assinado em nome do proponente:

|  |  |
| --- | --- |
| **Nome** |  |
| **Assinatura** |  |
| **Data** |  |

**DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE E DE DISPONIBILIDADE2**  
  
**Ref. de publicação:** Zambezi\_TH\_Equipa\_1/4

Eu, abaixo-assinado/a, declaro que concordo participar no concurso para a prestação de serviços acima mencionado. Declaro ainda que, caso a presente proposta seja escolhida, estou disponível e desejo exercer as funções para as quais foi apresentado o meu Curriculum Vitae, no(s) período(s) previsto(s):

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **De** | **A** | **Disponibilidade** |
| 22 Setembro 2025 | 31 Dezembro 2026 | Tempo inteiro |

Confirmo pelo presente que não tenho qualquer compromisso3, na qualidade de perito principal, em nenhum outro projeto financiado pela UE/pelo FED ou em qualquer outra atividade profissional incompatível em termos de capacidade ou de calendário com os compromissos acima indicados.

Pela presente declaração atesto que estou ciente de que não posso oferecer os meus serviços a nenhum outro proponente que apresente uma proposta no âmbito do presente concurso. Estou plenamente consciente de que se o fizer serei excluído do presente concurso, de que as propostas serão rejeitadas e de que poderei ser igualmente excluído de outros concursos e contratos financiados pela UE/pelo FED.

Mais declaro que não me encontro numa situação de conflito de interesses nem de indisponibilidade, que não consto da lista de medidas restritivas da UE ([www.sanctionsmap.eu](http://www.sanctionsmap.eu/)) e que me comprometo a informar o proponente de qualquer mudança eventual na minha situação.

Estou ciente de que não estabelecerei qualquer relação contratual com a entidade adjudicante e que, em caso de litígio relativo ao meu contrato com o adjudicatário, me devo dirigir a este último ou às jurisdições competentes

Se receber uma confirmação de contratação, declaro que aceitarei a oferta feita. Além disso, notificarei imediatamente o proponente da minha indisponibilidade.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Nome** |  | |
| **Assinatura** | |  |
| **Data** |  | |

**DECLARAÇÃO SOB COMPROMISSO DE HONRA RELATIVA AOS CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO E DE SELEÇÃO**

**Declaração sob compromisso de honra relativa**  
 **aos critérios de exclusão e de seleção**

O abaixo-assinado/a, [*inserir nome do signatário deste formulário*], em representação:

|  |
| --- |
| de si próprio |
| N.º do bilhete de identidade/cartão de cidadão ou passaporte: |

**I – Situações de exclusão relativas à pessoa**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1. Declara que a pessoa não se encontra numa das seguintes situações: | SIM | NÃO |
| 1. Em situação de falência, sujeita a um processo de insolvência ou de liquidação, os seus bens estão sob administração de um liquidatário ou sob administração judicial, celebrou um acordo com os credores, as suas atividades empresariais estão suspensas, ou encontra-se em qualquer situação análoga resultante de um processo da mesma natureza ao abrigo do direito da União ou da legislação nacional; |  |  |
| 1. Foi confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, que a pessoa não cumpriu as suas obrigações relativamente ao pagamento de impostos ou contribuições para a segurança social, nos termos da legislação em vigor; |  |  |
| 1. Foi confirmado, por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, que a pessoa cometeu uma falta grave em matéria profissional por ter violado disposições legislativas ou regulamentares aplicáveis ou regras deontológicas da profissão à qual pertence, ou por ter adotado qualquer comportamento ilícito com impacto sobre a sua credibilidade profissional, sempre que tal comportamento denote uma intenção dolosa ou uma negligência grave, incluindo, em particular, qualquer dos seguintes comportamentos: |  | |
| i) Apresentação de forma fraudulenta ou negligente de informações falsas no que diz respeito às informações exigidas para a verificação da inexistência de motivos de exclusão ou do cumprimento dos critérios de elegibilidade ou seleção ou na execução de um contrato ou convenção de subvenção; |  |  |
| ii) Celebração de um acordo com outras pessoas com o objetivo de distorcer a concorrência; |  |  |
| iii) Violação dos direitos de propriedade intelectual; |  |  |
| iv) Tentativa de influenciar o processo de decisão da entidade adjudicante durante o procedimento de adjudicação; |  |  |
| v) Tentativa de obtenção de informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no âmbito do procedimento de concessão; |  |  |
| 1. Foi confirmado, por sentença judicial transitada em julgado, que a pessoa é culpada de qualquer dos seguintes comportamentos: |  | |
| i) Fraude, na aceção do artigo 3.º da Diretiva (UE) 2017/1371 e do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias, estabelecida por ato do Conselho de 26 de julho de 1995; |  |  |
| ii) Corrupção, tal como definida no artigo 4.o, n.o 2, da Diretiva (UE) 2017/1371, ou corrupção ativa na aceção do artigo 3.o da Convenção relativa à Luta contra a Corrupção em que estejam implicados Funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia, estabelecida por ato do Conselho de 26 de maio de 1997, ou condutas referidas no artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, ou corrupção tal como definida noutra legislação aplicável; |  |  |
| iii) Condutas relacionadas com uma organização criminosa, tal como referidas no artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho; |  |  |
| iv) Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, na aceção do artigo 1.º, n.os 3, 4 e 5, da Diretiva (UE) 2015/849 do Parlamento e do Conselho; |  |  |
| v) infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, bem como a instigação, cumplicidade ou tentativa de cometer tais infrações, tal como definidas nos artigos 3.º e 14.º e no título III da Diretiva (UE) 2017/541 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativa à luta contra o terrorismo; |  |  |
| vi) Trabalho infantil ou outras infrações relativas ao tráfico de seres humanos referidas no artigo 2.º da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho; |  |  |
| 1. Revelou deficiências significativas no cumprimento das principais obrigações relativas à execução de um contrato ou convenção de subvenção financiado pelo orçamento da União, que tenham levado à sua rescisão antecipada ou à imposição de indemnizações por perdas e danos ou de outras sanções contratuais, ou que tenham sido detetadas na sequência de controlos, auditorias ou inquéritos por uma entidade adjudicante, pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) ou pelo Tribunal de Contas; |  |  |
| 1. Foi confirmado, por decisão judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, de que a pessoa cometeu uma irregularidade na aceção do artigo 1.º, n.º 2, do Regulamento (CE, Euratom) n.º 2988/95 do Conselho; |  |  |
| 1. Foi confirmado, por decisão judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, de que a pessoa criou uma entidade numa jurisdição diferente com a intenção de contornar as obrigações fiscais, sociais ou outras obrigações jurídicas na jurisdição da sua sede social, da sua administração central ou do seu local de atividade principal. |  |  |
| 1. (*só para pessoas coletivas*) Se tiver sido estabelecido, por decisão judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, que a pessoa foi criada com o intuito a que se refere a alínea g); | N/A | N/A |
| 1. Declara que, para as situações referidas no ponto 1, alíneas c) a h) supra, na ausência de uma decisão judicial transitada em julgado ou de uma decisão administrativa definitiva, a pessoa[[1]](https://euc-word-edit.officeapps.live.com/we/wordeditorframe.aspx?ui=it-IT&rs=en-US&wopisrc=https%3A%2F%2Fcosv1968-my.sharepoint.com%2Fpersonal%2Fonedrive-mocambique_cosv_org%2F_vti_bin%2Fwopi.ashx%2Ffiles%2Fd6a31dca44ff4b5b9817d9ed1fb0ca24&wdorigin=ItemsView&wdenableroaming=1&mscc=1&wdodb=1&hid=7F36B6A1-30EA-D000-6176-328254FFF573.0&uih=sharepointcom&wdlcid=it-IT&jsapi=1&jsapiver=v2&corrid=d6a70ffc-f2ed-b07a-98de-8f15b0dc4ab3&usid=d6a70ffc-f2ed-b07a-98de-8f15b0dc4ab3&newsession=1&sftc=1&uihit=docaspx&muv=1&ats=PairwiseBroker&cac=1&sams=1&mtf=1&sfp=1&sdp=1&hch=1&hwfh=1&dchat=1&sc=%7B%22pmo%22%3A%22https%3A%2F%2Fcosv1968-my.sharepoint.com%22%2C%22pmshare%22%3Atrue%7D&ctp=LeastProtected&rct=Normal&wdhostclicktime=1753709488226&afdflight=81&csiro=1&instantedit=1&wopicomplete=1&wdredirectionreason=Unified_SingleFlush#_ftn1): | SIM | NÃO |
| 1. está sujeita aos factos apurados no contexto de auditorias ou de inquéritos realizados pela Procuradoria Europeia, pelo Tribunal de Contas ou pelo auditor interno, ou de qualquer outra averiguação, auditoria ou controlo efetuado sob a responsabilidade de um gestor orçamental de uma instituição da UE, de um organismo europeu ou de uma agência ou órgão da UE; |  |  |
| 1. está sujeita às decisões judiciais não transitadas em julgado ou às decisões administrativas não definitivas, que podem incluir medidas disciplinares tomadas pelo órgão de supervisão competente responsável pela verificação da observância das normas de ética profissional; |  |  |
| 1. está sujeita aos factos referidos nas decisões de entidades ou de pessoas incumbidas de funções de execução do orçamento da UE; |  |  |
| 1. está sujeita às informações transmitidas pelos Estados-Membros que executam os fundos da União; |  |  |
| 1. está sujeita às decisões da Comissão relativas à infração do direito da concorrência da União ou de uma autoridade nacional competente relativas à infração do direito da concorrência da União ou nacional; |  |  |
| 1. é informada, por qualquer meio, de que está sujeita a um inquérito do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF): seja porque o OLAF lhe deu a oportunidade de se pronunciar sobre factos a ela respeitantes ou porque a sujeitou a verificações no local no decurso de um inquérito, seja porque a pessoa foi notificada da abertura, do encerramento ou de qualquer circunstância relacionada com um inquérito do OLAF que lhe diga respeito. |  |  |

**III – Situações de exclusão relativas a pessoas singulares ou pessoas coletivas que assumem uma responsabilidade ilimitada pelas dívidas da pessoa coletiva**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 1. Declara que a pessoa singular ou coletiva que assume a responsabilidade ilimitada pelas dívidas da pessoa coletiva supramencionada se encontra numa das seguintes situações [***Em caso positivo, queira indicar no anexo à presente declaração qual a situação e o(s) nome(s) da(s) pessoa(s) em causa, com uma breve explicação***]: | SIM | NÃO | Não aplicável |
| Situação referida na alínea a) (falência) |  |  |  |
| Situação referida na alínea b) (incumprimento de pagamento de impostos ou de contribuições para a segurança social) |  |  |  |

**IV – Outros motivos para a exclusão deste procedimento**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1. Declara que a pessoa supramencionada: | SIM | NÃO |
| Esteve anteriormente envolvida na preparação de documentos do concurso utilizados neste procedimento de concessão, caso tal implique uma violação do princípio da igualdade de tratamento, incluindo uma distorção da concorrência, que não possa ser sanada de outro modo. |  |  |

**V – Medidas corretivas**

Se a pessoa declarar uma das situações de exclusão supramencionadas, poderá indicar as medidas corretivas que tomou para corrigir a situação de exclusão, a fim de permitir ao gestor orçamental determinar se tais medidas são suficientes para demonstrar a sua fiabilidade. Tal pode incluir, por exemplo, a adoção de medidas técnicas, organizativas e de pessoal para prevenir novas ocorrências, bem como o pagamento de indemnizações por perdas e danos ou o pagamento de coimas ou de impostos ou contribuições para a segurança social. Os documentos comprovativos pertinentes que demonstram as medidas corretivas adotadas têm de ser anexados a esta declaração. Estas instruções não se aplicam às situações referidas na alínea (1)(d) da presente declaração.

**VI – Elementos de prova apresentados mediante pedido**

Mediante pedido e no prazo fixado pela entidade adjudicante, a pessoa deve fornecer informações sobre as pessoas singulares ou coletivas que sejam membros dos órgãos de administração, de gestão ou de fiscalização ou que tenham poderes de representação, decisão ou controlo, incluindo as pessoas singulares e coletivas que façam parte da estrutura de propriedade e de controlo e os beneficiários efetivos, bem como elementos de prova adequados de que nenhuma dessas pessoas se encontra numa das situações de exclusão referidas no ponto 1, alíneas c) a f).

Deve, além disso, fornecer os seguintes elementos de prova relativos à própria pessoa e às pessoas singulares ou coletivas a cujas capacidades a pessoa pretenda recorrer ou a um subcontratante e às pessoas singulares ou coletivas que assumem a responsabilidade ilimitada pelas dívidas da pessoa:

Para as situações descritas no ponto 1: alíneas a), c), d), f), g) e h), um extrato de registo criminal recente ou, na ausência deste, um documento equivalente emitido recentemente por uma autoridade judiciária ou administrativa do país de estabelecimento da pessoa, atestando que os requisitos visados são cumpridos.

Para as situações descritas no ponto 1, alíneas a) e b), certidões recentes emitidas pelas autoridades competentes do país de estabelecimento. Estes documentos devem constituir prova do pagamento da totalidade dos impostos, taxas e contribuições para a segurança social a cargo da pessoa, incluindo, nomeadamente, o IVA, o imposto sobre o rendimento (apenas para as pessoas singulares), o imposto sobre as sociedades (apenas para as pessoas coletivas) e as contribuições para a segurança social. Quando algum dos documentos referidos acima não é emitido pelo país em causa, o documento pode ser substituído por uma declaração sob juramento prestada perante uma autoridade judiciária ou um notário ou, na falta desta, uma declaração solene efetuada perante uma autoridade administrativa ou um organismo profissional qualificado do seu país de estabelecimento.

A pessoa não é obrigada a apresentar os elementos de prova que já tiverem sido apresentados no âmbito de outro procedimento de adjudicação da mesma entidade adjudicante. Os documentos devem ter sido emitidos no máximo um ano antes da data do pedido pela entidade adjudicante e ainda devem ser válidos nessa data.

O signatário declara que a pessoa já forneceu as provas documentais no âmbito de um procedimento de adjudicação anterior e confirma que não ocorreram alterações na sua situação:

|  |  |
| --- | --- |
| **Documento** | **Referência completa do procedimento anterior** |
| *Inserir as linhas que forem necessárias.* | N/A |

A pessoa não é obrigada a apresentar os elementos de prova se estes puderem ser consultados gratuitamente numa base de dados nacional.

O signatário declara que o endereço Internet abaixo indicado, correspondente à base de dados/aos dados de identificação, dá acesso aos elementos de prova exigidos.

|  |  |
| --- | --- |
| Endereço Internet da base de dados | Dados de identificação do documento |
| *Inserir as linhas que forem necessárias.* | N/A |

**VII – Critérios de seleção**

**Critérios de seleção aplicáveis a todos os membros em caso de de participação conjunta/ subcontratantes/ entidades que proporcionem capacidades**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 1. Declara que a pessoa supramencionada cumpre os critérios de seleção que lhe são aplicáveis individualmente, nos termos previstos no caderno de encargos: | SIM | NÃO | Não aplicável |
| 1. Possui a capacidade jurídica e estatutária para o exercício da atividade profissional necessária para a execução do contrato, tal como requerido na secção Equipa Zambezi Tech Hub do anúncio de concurso/instruções aos proponentes; |  |  |  |
| 1. Cumpre os critérios económicos e financeiros aplicáveis indicados na secção Equipa Zambezi Tech Hub do anúncio de concurso/ informações adicionais sobre o anúncio de concurso/ instruções aos proponentes; |  |  | X |
| 1. Cumpre os critérios técnicos aplicáveis indicados na secção Equipa Zambezi Tech Hub do anúncio de concurso/ informações adicionais sobre o anúncio de concurso/ instruções aos proponentes; |  |  |  |
| 1. Cumpre os critérios profissionais aplicáveis indicados na secção Equipa Zambezi Tech Hub do anúncio de concurso/informações adicionais sobre o anúncio de concurso/instruções aos proponentes; |  |  |  |
| 1. Não está sujeito a conflitos de interesses que possam afetar negativamente a execução do contrato. |  |  |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |

**VIII – Elementos de prova para efeitos da seleção**

O signatário declara que a pessoa supramencionada está em condições de fornecer, mediante pedido e sem demora, os documentos comprovativos necessários enumerados nas secções pertinentes do caderno de encargos e que não estão disponíveis eletronicamente.

Se não for exigido que os elementos de prova sejam fornecidos juntamente com o pedido de participação/proposta, a pessoa é convidada a preparar antecipadamente os documentos relacionados com esses elementos de prova, uma vez que a entidade adjudicante pode solicitar a sua apresentação num prazo curto.

A pessoa não é obrigada a apresentar os elementos de prova que já tiverem sido apresentados no âmbito de outro procedimento de adjudicação da mesma entidade adjudicante. Os documentos devem ter sido emitidos no máximo um ano antes da data do pedido pela entidade adjudicante e ainda devem ser válidos nessa data.

O signatário declara que a pessoa já forneceu as provas documentais no âmbito de um procedimento de adjudicação anterior e confirma que não ocorreram alterações na sua situação:

|  |  |
| --- | --- |
| **Documento** | **Referência completa do procedimento anterior** |
| *Inserir as linhas que forem necessárias.* | N/A |

A pessoa não é obrigada a apresentar os elementos de prova se estes puderem ser consultados gratuitamente numa base de dados nacional.

O signatário declara que o endereço Internet abaixo indicado, correspondente à base de dados/aos dados de identificação, dá acesso aos elementos de prova exigidos.

|  |  |
| --- | --- |
| Endereço Internet da base de dados | Dados de identificação do documento |
| *Inserir as linhas que forem necessárias.* | N/A |

**IX - Declaração de honra relativa a uma dívida apurada para com a União**

A pessoa, na qualidade de proponente único ou de responsável do grupo no caso de uma participação conjunta, que apresenta um pedido de participação/proposta para o procedimento acima referido, declara que:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| O proponente, incluindo cada membro do grupo no caso de uma participação conjunta, subcontratantes, | SIM | NÃO |
| Não tem dívidas apuradas para com a União Europeia. |  |  |

***A pessoa supramencionada deve informar imediatamente a entidade adjudicante de quaisquer alterações nas situações declaradas.***

***A pessoa supramencionada pode ser excluída deste procedimento e sofrer sanções administrativas (exclusão ou uma sanção pecuniária) se se provar serem falsas quaisquer das declarações ou informações apresentadas como condição para participar no presente procedimento.***

Nome completo Data Assinatura[[2]](https://euc-word-edit.officeapps.live.com/we/wordeditorframe.aspx?ui=it-IT&rs=en-US&wopisrc=https%3A%2F%2Fcosv1968-my.sharepoint.com%2Fpersonal%2Fonedrive-mocambique_cosv_org%2F_vti_bin%2Fwopi.ashx%2Ffiles%2Fd6a31dca44ff4b5b9817d9ed1fb0ca24&wdorigin=ItemsView&wdenableroaming=1&mscc=1&wdodb=1&hid=7F36B6A1-30EA-D000-6176-328254FFF573.0&uih=sharepointcom&wdlcid=it-IT&jsapi=1&jsapiver=v2&corrid=d6a70ffc-f2ed-b07a-98de-8f15b0dc4ab3&usid=d6a70ffc-f2ed-b07a-98de-8f15b0dc4ab3&newsession=1&sftc=1&uihit=docaspx&muv=1&ats=PairwiseBroker&cac=1&sams=1&mtf=1&sfp=1&sdp=1&hch=1&hwfh=1&dchat=1&sc=%7B%22pmo%22%3A%22https%3A%2F%2Fcosv1968-my.sharepoint.com%22%2C%22pmshare%22%3Atrue%7D&ctp=LeastProtected&rct=Normal&wdhostclicktime=1753709488226&afdflight=81&csiro=1&instantedit=1&wopicomplete=1&wdredirectionreason=Unified_SingleFlush#_ftn2)

[[1]](https://euc-word-edit.officeapps.live.com/we/wordeditorframe.aspx?ui=it-IT&rs=en-US&wopisrc=https%3A%2F%2Fcosv1968-my.sharepoint.com%2Fpersonal%2Fonedrive-mocambique_cosv_org%2F_vti_bin%2Fwopi.ashx%2Ffiles%2Fd6a31dca44ff4b5b9817d9ed1fb0ca24&wdorigin=ItemsView&wdenableroaming=1&mscc=1&wdodb=1&hid=7F36B6A1-30EA-D000-6176-328254FFF573.0&uih=sharepointcom&wdlcid=it-IT&jsapi=1&jsapiver=v2&corrid=d6a70ffc-f2ed-b07a-98de-8f15b0dc4ab3&usid=d6a70ffc-f2ed-b07a-98de-8f15b0dc4ab3&newsession=1&sftc=1&uihit=docaspx&muv=1&ats=PairwiseBroker&cac=1&sams=1&mtf=1&sfp=1&sdp=1&hch=1&hwfh=1&dchat=1&sc=%7B%22pmo%22%3A%22https%3A%2F%2Fcosv1968-my.sharepoint.com%22%2C%22pmshare%22%3Atrue%7D&ctp=LeastProtected&rct=Normal&wdhostclicktime=1753709488226&afdflight=81&csiro=1&instantedit=1&wopicomplete=1&wdredirectionreason=Unified_SingleFlush#_ftnref1) A declaração ao abrigo deste ponto (2) é voluntária e não pode ter efeitos jurídicos adversos para o operador económico enquanto não estiverem preenchidas as condições previstas no artigo 141.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento Financeiro.

[[2]](https://euc-word-edit.officeapps.live.com/we/wordeditorframe.aspx?ui=it-IT&rs=en-US&wopisrc=https%3A%2F%2Fcosv1968-my.sharepoint.com%2Fpersonal%2Fonedrive-mocambique_cosv_org%2F_vti_bin%2Fwopi.ashx%2Ffiles%2Fd6a31dca44ff4b5b9817d9ed1fb0ca24&wdorigin=ItemsView&wdenableroaming=1&mscc=1&wdodb=1&hid=7F36B6A1-30EA-D000-6176-328254FFF573.0&uih=sharepointcom&wdlcid=it-IT&jsapi=1&jsapiver=v2&corrid=d6a70ffc-f2ed-b07a-98de-8f15b0dc4ab3&usid=d6a70ffc-f2ed-b07a-98de-8f15b0dc4ab3&newsession=1&sftc=1&uihit=docaspx&muv=1&ats=PairwiseBroker&cac=1&sams=1&mtf=1&sfp=1&sdp=1&hch=1&hwfh=1&dchat=1&sc=%7B%22pmo%22%3A%22https%3A%2F%2Fcosv1968-my.sharepoint.com%22%2C%22pmshare%22%3Atrue%7D&ctp=LeastProtected&rct=Normal&wdhostclicktime=1753709488226&afdflight=81&csiro=1&instantedit=1&wopicomplete=1&wdredirectionreason=Unified_SingleFlush#_ftnref2) *A declaração deve ser assinada à mão.*

1. As referências devem ser contratos executados pela entidade jurídica (ou entidades jurídicas) que apresenta o pedido de participação (com exceção dos casos documentados de aquisição de empresas ou sucessão universal). No caso de contratos-quadro, só são tidos em conta os contratos específicos correspondentes às missões executadas no âmbito desses contratos-quadro. [↑](#endnote-ref-1)
2. Os efeitos da inflação não serão tidos em conta. [↑](#endnote-ref-2)
3. Apenas a percentagem realizada pela entidade jurídica pode ser utilizada como referência. [↑](#endnote-ref-3)
4. Se o contrato de referência só for executado parcialmente, queira indicar a percentagem e o valor que foi executado. [↑](#endnote-ref-4)
5. Indicar igualmente a função e o número de meses em que trabalhou no projeto. [↑](#endnote-ref-5)